

Especial Rumos da economia

Infra-estrutura Desafio é delimitar campos da regulação e das decisões de políticas setoriais

Papel das agências continua incerto

Sergio Leo
De Brasília

Questionadas no Congresso, criticadas no Palácio do Planalto e alvo recente de ataques por ministros e autoridades, as agências reguladoras estão com sua sobrevivência assegurada pelo governo e começam a encontrar um modo de relacionamento com o Executivo. O governo Luiz Inácio Lula da Silva, porém, ainda não decidiu o que fazer com essas instituições criadas para funcionar como agente do Executivo em um setor de infra-estrutura marcado pela privatização e pela convivência entre o interesse público e interesses dos investidores privados.

Alertado em seus encontros no exterior e no país de que as críticas às agências reguladoras assustavam os investidores por lançar dúvidas sobre a estabilidade das regras do mercado de infra-estrutu-

ra, o ministro da Fazenda, Antônio Pallocci, tornou-se um dos principais defensores da idéia de que a criação desses órgãos reguladores foi uma mudança institucional importante, a ser mantida no atual governo. Seus assessores notam, com satisfação, que até no Planalto mudou o tom das referências às agências.

Há crescente consenso na Esplanada dos Ministérios, porém, de que a legislação permite maior interferência dos ministérios nas regras do setor de infra-estrutura. Com cuidado para evitar desrespeito a contratos, o Ministério de Minas e Energia elabora um novo modelo para o setor, e, segundo o secretário-executivo do ministério, Maurício Tolmasquim, até julho as propostas irão à consulta do setor privado.

“As agências, como poder regulador e fiscalizador, são indispensáveis ao setor elétrico”, comenta

Tolmasquim. “Pouco a pouco estamos delimitando os campos”, diz ele, que já nota o cuidado das agências nacionais de Energia (Aneel) e de Petróleo (ANP) em submeter ao ministério decisões consideradas de política setorial.

No Ministério das Comunicações, de onde o ministro Miro Teixeira lançou alguns dos ataques mais fortes ao que era considerada uma excessiva independência dos órgãos reguladores, também já se ensaia uma regra de convivência. O ministério não abre mão, no entanto, de atribuições que vinham sendo assumidas, pouco a pouco, pela agência, como a formulação do plano de metas e universalização para a telefonia, e tomou a frente das negociações sobre reajustes de tarifas.

Na Casa Civil da presidência, um grupo de técnicos subordinado ao ministro-chefe José Dirceu estuda a possibilidade de uma regula-



O ministro Miro Teixeira não abre mão de atribuições que vinham sendo assumidas, pouco a pouco, pela Anatel

mentação geral para orientar a atuação das agências e sua relação com os ministérios. As discussões avançaram pouco além do levantamento da experiência internacional e da troca de impressões entre os técnicos da Casa Civil e autoridades dos ministérios, mas esperam-se, porém, poucas mudanças de peso além de medidas como a possibilidade de convocação dos dirigentes dos órgãos reguladores para prestação regular de contas ao Congresso — a exemplo do que já ocorre em outros países.

As decisões ainda por tomar em matéria de regras para o setor de energia e — para depois de 2005 — em telefonia sustentam um grande potencial de atritos entre ministérios e agências reguladoras, e entre estes e o setor privado. Em energia, como em transporte, especialistas afirmam que é excessivo o risco de decisões conflitantes ou ineficazes em setores interdependentes regulados por várias agências sem coordenação entre si.

Restam, também, temas não

resolvidos pelo governo Fernando Henrique Cardoso como a regulação e fiscalização das concessões no setor de televisão e rádio, cada vez mais próximas de serviços da área de telefonia. No fim do mandato, o então ministro das Comunicações, Juarez Quadros, chegou a divulgar um projeto de regulamentação dos meios de comunicação de massa, que orientaria uma futura agência para o setor. O projeto não encontrou pai adotivo no atual governo.